

Apresentação

Prof. Antonio H. Aguilera Urquiza

Não é tarefa fácil fazer a apresentação de uma obra tão significativa e diversa, com a que temos em mão, com tantos(as) e tão ilustres pesquisadores(as). Mesmo assim, aceitei com carinho o convite, tendo em vista a parceria de mais de cinco anos com discentes e pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em História da UNICENTRO e dos grupos de pesquisa ligado a estes(as) professores(as).

Trata-se de uma obra coletiva, a partir de várias ópticas e bases teóricas, porém, com um eixo temático recorrente, expresso de maneira contundente no próprio título: *territórios contestados*. E esses territórios seguem em conflito e *contestados*, especialmente devido à concepção Ocidental de desenvolvimento e produção que é calcada na busca da lucratividade com a consequente “predação” do ambiente e da natureza.

Tratar do tema território é, ao mesmo tempo, tratar do seu uso, de sua concepção e de sua apropriação. Em uma sociedade, como a brasileira – em que mesmo após 500 anos a posse da terra ainda é privilégio de poucos tamanha e escandalosa a concentração de terra e renda em nosso país –, poucas são as experiências exitosas de assentamento de famílias de agricultores de baixa renda, especialmente na região do Estado do Paraná.

Assim, começamos esta apresentação tratando do conceito de desenvolvimento, o qual, segundo Silva (2012), vem a receber o *status* de objeto de pesquisa científica com o surgimento da Economia do Desenvolvimento na década de 40. Ou seja, começa-se a construir uma base teórica e metodológica para descrever e promover o desenvolvimento, sempre apontando como modelo algo próximo a uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza, por meio de acúmulo de renda monetária. Passou a ser esse o conceito hegemônico.

Entretanto, outras visões alternativas surgiram no âmbito das sociedades em desenvolvimento, especialmente a partir de uma perspectiva mais abrangente encontrada, por exemplo, em Amartya Sen (2000, p. 17), que descreve o desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Com esta afirmação, o economista, premiado com o Nobel em 1998, pretende diferenciar-se das “visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social”.

Adjetivando o conceito de desenvolvimento surge, na década de 70, o conceito de *sustentável*, o qual busca complementar aquele com uma visão mais local e a partir da cosmovisão dos povos tradicionais, como o caso dos quilombolas e faxinalenses retratados nos estudos desta coletânea. Porém, a chamada sustentabilidade vem sendo questionada por autores que começam a ver contradições entre os termos “desenvolvimento” e “sustentável”. Serge Latouche

(2009, p. 8-9) considera que “o desenvolvimento, é um conceito etnocêntrico e etnocidário, se impôs pela sedução, combinada com a violência da colonização e do imperialismo”. O autor francês é expoente de uma nova teoria, chamada de *decrecimiento*, e faz duras críticas à teoria do desenvolvimento. Para Latouche, “o desenvolvimento é uma palavra tóxica, qualquer que seja o adjetivo com que o vistam”, ou seja, é algo profundamente “contaminado” com a cultura da exploração da natureza.

Por outro lado, na contramão do desenvolvimento somente a partir do viés da exploração unilateral do território e de forma autoritária, a Convenção n. 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ao tratar dos Povos Indígenas e Tribais em todo o mundo, previu no seu artigo 7 o direito dos povos tradicionais em definirem suas prioridades de desenvolvimento:

Os povos interessados terão o direito de definir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento na medida em que afete sua vida, crenças, instituições, bem-estar espiritual e as terras que ocupam ou usam para outros fins, e de controlar, na maior medida possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, eles participarão da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional que possam afetá-los diretamente.

Este princípio já consolidado pelo ordenamento jurídico internacional nos últimos anos serve, também, como referência para as realidades descritas nos textos abaixo, todos eles frutos de pesquisas levadas a cabo junto a povos tradicionais e suas complexas relações com os territórios.

Neste sentido, defendemos o ponto de vista de outro autor, Paul Little (2002), o qual defende não apenas uma forma equilibrada de desenvolvimento, mas que esse seja realizado a partir da óptica dos povos tradicionais, o que chamamos de *etnoecologia*, ou ainda, de *etnodesenvolvimento*, aquele feito pelos povos tradicionais com autonomia e mirando sua autodeterminação.

Passamos, agora, na sequência, a apresentar os vários textos que compõem a presente coletânea, todos eles originários de intensas pesquisas, especialmente da pós-graduação.

Inicialmente temos o texto da professora Carmem Lúcia de Salis, com o título “O Estatuto da Terra: políticas agrícolas e propriedade” que trata do tema da Reforma Agrária apontada enquanto a solução “possível” frente aos problemas do campo, que envolve, sobretudo, vontade e decisão política, assim como constata que a realidade dos “faxinais”, ao longo de décadas, passou ao largo desses debates políticos e sociais acerca da Reforma Agrária no país. Por outro lado, na contramão da Reforma Agrária, nas palavras da autora, “a aplicação de uma

agressiva política agrícola, sem dúvida, contribuiu para a formação e concretização do agronegócio no Brasil, mas também agravou as distorções sociais e econômicas no campo e o crescimento do êxodo rural. E o crescimento do agronegócio também se refletiu no avanço, por meio de aquisições de terra, sobre outras modalidades de propriedade, como no caso dos faxinais”. Temos, assim, o acirramento dos conflitos no campo sem grandes perspectivas de solução a médio prazo.

No mesmo contexto de reflexão, apresentamos o texto em língua espanhola do professor Fernando de la Cuadra, que trata “Desde la acción racional individual a la cooperación: los caminos de la reciprocidade y la autogestión colaborativa”, em um claro aceno para uma das principais características da relação dos povos tradicionais com seus territórios: a ação conjunta, de reciprocidade, que caminha para a autonomia e a prática da autogestão. Segundo o autor, são os povos tradicionais (desde abajo) os que demonstram a importância das economias solidárias, centradas na reciprocidade e intercâmbio.

Na sequência, temos a apresentação de dez textos, todos eles refletindo e descrevendo aspectos dos faxinais, especialmente da região centro sul do Estado do Paraná. Tratam do aspecto jurídico (Joaquim S. Neto), mulheres e identidades (Marisangela Lins de Almeida), a cultura dos faxinalenses (Vera Luz Menon e José Adilçom Campigoto) e práticas culturais (Hélio Sochodolak e Luiz Cezar Soares); três textos em particular que tratam da produção: Entre o cambau e a colhedeira (Tatiane Vargas, Marisangela Lins de Almeida e Ancelmo Schörner), O quintal como lugar da conservação de práticas tradicionais (Bárbara Luiza Cruz) e Quintais do Faxinal Lajeado dos Mellos (Leonardo Kroin); finalmente, nessa parte, a desestruturação (Sonia Vanessa Langaro), as transformações (Mônica Mazur) e conflitos envolvendo os faxinais (Mário Sérgio Deina).

Na última parte da coletânea, temos uma variedade de textos tratando de outros povos tradicionais e suas experiências com o território, como o caso do texto de Fernando Marciniak “O afogamento da memória: os atingidos pela Usina Hidrelétrica de Salto Caxias – PR”. O outro texto trata das “Folias de Santo como referências culturais negra em Óbidos/PA”, de autoria de Leandro Castro Tavares e Oséias de Oliveira. Temos o texto sobre “Identidade e território entre populações quilombolas”, cujos autores são Oseias de Oliveira e Ancelmo Schörner, e o último texto, acerca dos povos indígenas, especificamente trata dos “Territórios Kaingang e não indígena na Região Norte do Paraná”, de autoria de Joice Bernaski.

O material que ora chega em vossas mãos está marcado por temporalidades e realidades distintas, mas todos, sem exceção, trazem a marca da qualidade da pesquisa acadêmica, assim como o comprometimento de seus autores com os povos e territórios pesquisados.

Termino engrandecendo o papel da Universidade Pública nesta região do país, particularmente da UNICENTRO, e os frutos que gera através de seus pesquisadores para a sociedade nacional, dentre eles a presente publicação, carregada de memórias, marcas, símbolos e odores de sujeitos diversos (pesquisados e pesquisadores), envolvidos na compreensão dessa complexa realidade para melhor produzir práticas políticas de melhor uso do território, assim como equilíbrio e respeito à *Pacha Mama* (Mãe Terra).

Prof. Antonio H. Aguilera Urquiza
Primavera de 2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- LITTLE, Paul E. *Etnoecologia e direitos dos povos: elementos de uma nova ação indigenista*. In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos e BARROSO-HOFFMAN, Maria (orgs.). *Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.
- SANTOS, Elinaldo Leal et al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *Desenvolvimento Regional em Debate*, Canoinhas, ano 2, n. 1, p. 44-61, jul. 2012.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.